



VIVÊNCIAS DA SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO

Carla Maria Lobato Alves¹

Trata-se de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, cujo objetivo consiste em analisar mudanças e/ou permanências nas relações de gênero tendo como foco de análise as vivências da sexualidade de mulheres idosas² participantes de grupos de terceira idade na cidade de São Luís, Ma.

Entrevistamos, até o presente momento, cinco idosas do grupo PAI (Programa de Apoio ao Aposentado), e da UNITI (Universidade Integrada da Terceira Idade). Nossas interlocutoras, apresentadas na referida pesquisa pelos nomes fictícios de Joana, Rosa, Rosário, Vera e Carmem, têm idade entre 60 e 75 anos. Todas casaram (só uma vez), tiveram filhos e netos. Duas delas são viúvas. Estas instituições foram escolhidas devido ao contato existente, por meio de uma pesquisa anterior, com as interlocutoras. A partir destes contatos foram mantidas visitas e participações nos referidos grupos com a finalidade de explicar nossa pesquisa e conversar com outras componentes que, posteriormente, somar-se-iam ao nosso quadro de interlocutoras.

Em meio a movimentos de “idas” e “vindas” das histórias de vida destas senhoras, questiono como são produzidas “distintamente” a socialização de homens e mulheres? Como eram abordadas as questões referentes a desejo e práticas eróticas? Há processos de mudanças e/ou permanências dessas práticas ao longo de sua vivência pelas “idades da vida”? Quais são elas? Quais mudanças e permanências percebem frente às transformações da sociedade? Existiram transformações entre os papéis normativos de gênero para sua geração? E para as gerações seguintes? Quais as mudanças corporais e/ou fisiológicas que se apresentam com o avançar da idade? Podem as pessoas idosas manifestar desejos e satisfação sexual? Qual o discurso médico/geriátrico sobre manifestação de desejo e prática sexual na velhice?

Assim, inicialmente discutimos sobre o envelhecimento, enquanto categoria analítica, uma vez que a categoria faz parte do mundo social. As considerações de Philippe Áries (1981) nos apresentam que a construção das “idades da vida”³ foi marcada por um processo que ocorreu progressivamente ao longo da Idade Média e da Idade Moderna, levando em conta as divisões da

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA.

² Na década de 1960, o termo “idoso” foi trazido da França para o Brasil pelo Gerontólogo Marcelo Salgado com a finalidade de substituir o termo “velho” dos documentos oficiais em referência aos sujeitos com idade superior a 60 anos (MASCARO, 2004). Neste estudo adotarei o termo idoso para me referir aos sujeitos que também são categorizados como “velhos”, “terceira idade”, “melhor idade”, entre outras denominações.

³ De acordo com Phillippe Ariès (1981, p. 34) a primeira classificação que as “idades da vida” receberam foi: infância, pueritia, adolescência, juventude, senectude, velhice e senies (vieillesse).



historiografia. As idades da vida, marcada pelo desenvolvimento humano desde o nascimento até antes da morte, eram representadas não apenas por atributos e características biológicas, mas principalmente por funções e papéis sociais que caberiam a cada idade como pode ser observado a seguir:

“Primeiro, a idade dos brinquedos: as crianças brincam com cavalo de pau, uma boneca, um pequeno moinho ou pássaros amarrados. Depois, a idade da escola: os meninos aprendem a ler, ou segurar um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar. Em seguida a idade do amor ou dos esportes da corte e da cavalaria: festas, passeios de rapazes e moças, corte de amor, as bodas ou caçadas do mês de maio dos calendários. Em seguida, as idades da guerra e da cavalaria: um homem armado. Finalmente as vidas sedentárias, dos homens da lei, da ciência ou do estudo: o velho sábio barbudo vestido segundo a moda antiga, diante de sua escrivaninha, perto da lareira”⁴(ARIÈS, 1981, p.39).

A velhice enquanto um “problema social” vai permear esse contexto histórico. Lenoir (1998) destaca que a Modernidade fez com que velhos operários da França passassem a ser descartados diante das exigências do capitalismo. O problema se traduzia em saber se o encargo dos cuidados com os velhos operários caberia à família ou ao Estado. Desse modo, a aposentadoria acaba sendo um dos elementos que associa a velhice à inatividade, improdutividade e inutilidade.

Nesse sentido, a velhice tem sido compreendida a partir de duas concepções analíticas. Em uma ela é assimilada a experiência negativa, na qual “envelhecer e ficar velho representava também um momento trágico de existência do homem” (MASCARO, 2004, p. 14). A outra concepção assimila esta idade da vida como experiência positiva, ser “uma nova etapa da vida, que deve ser vivida de maneira positiva, saudável e feliz” (ZIMERMAN, 2000, p.28), valorizando a liberdade e rompendo com o estereótipo que a “vida acabou”.

Diante dessas duas concepções surgem termos de designação como “velho”, “idoso”, “terceira idade”, “melhor idade”. Como demonstra Philippe Áries (1981), a noção de “velho” é assimilada à decadência, dependência, inatividade surge no século XIX. No Brasil, em 1960, o termo “velho” foi substituído em documentos oficiais pelo termo “idoso”. Posteriormente, em 1970, na França, surgiu o termo “terceira idade” com a criação das “Universités du Troisième Age”, que também foi assimilado no Brasil de acordo com Debert (2004).

No que se referem à temática da sexualidade, os debates ocupam cada vez mais destaque nas Ciências Sociais. Grande parte das reflexões foi levantada no movimento feminista, ao longo do século XX, suscitando questionamentos no que diz respeito às desigualdades nas relações entre os gêneros, às lutas por cidadania, violência contra a mulher, à atuação da mulher no mercado de trabalho e a dupla jornada feminina, bem como do corpo para a vivência do prazer erótico de forma desvinculada da reprodução.

⁴ ARIÈS, Philippe *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.



É importante destacarmos que a sexualidade muitas vezes é erroneamente compreendida como sinônimo de ato sexual. As abordagens de Michel Foucault (1997) permitem compreender a sexualidade como uma construção histórica, cultural, social e política e não como algo inerente ao ser humano ou uma essência manifestada pelos processos biológicos do corpo. A sexualidade é um “dispositivo de poder” estabelecido historicamente por diversos discursos sobre o sexo, cuja finalidade é normalizar, exercer controle e vigilância a partir de uma série de mecanismos, ações e discursos disciplinares. São discursos que irão legitimar as práticas da sexualidade em “normais” e “patológicas”, “lícitas” ou “ilícitas”.

Os discursos sobre a sexualidade foram elaborados, de acordo com Foucault (1997), por um conjunto de saberes, práticas e instituições que a projetam ao domínio do conhecimento científico, sendo discutido e investigado. Como uma esfera do comportamento humano, a sexualidade envolve atos, significados e relacionamentos.

Através do “poder disciplinar” as instituições modernas foram impelindo a repressão e controle dos impulsos interiores, ou seja, regulamentando os impulsos do desejo. De acordo com Foucault (1997), nas civilizações antigas eram marcadas pela dominação do homem sobre a mulher, e isto também no que se refere à sexualidade. Na Grécia e Roma da Antiguidade, o lícito e ilícito não coincidia para homens e mulheres, pois para eles o ato sexual permitia prazer, havendo restrições somente na ordem de práticas que delegassem status de inferioridade, como “um homem livre que se comportasse de maneira débil, ou se deixasse tratar como um jovem, um escravo ou uma mulher, ou seja, um inferior” (BOZON, 2004, p. 26), e para as mulheres o ato sexual limitava-se à reprodução no casamento.

Poucas alterações ocorreram no discurso da sexualidade com o Cristianismo, entre os séculos XI e XII, que legitimou a recusa ao prazer, desejo e destinava atividade sexual para procriação. O Cristianismo instituiu o casamento monogâmico e indissolúvel, nos séculos XII e XIII, que proibiu atos sexuais fora do casamento, ocorrendo transgressões da parte dos homens, no entanto o mesmo comportamento não era aceitável às mulheres. Neste contexto histórico surgem as regras para entrada na sexualidade, que variam de acordo com a localidade, como bem destaca Michel Bozon (2004). Este autor menciona que a sexualidade no ocidente geralmente implicava aos homens, virilidade, bom desempenho sexual e iniciação sexual precoce e às mulheres, preservação da virgindade até o casamento, fertilidade, fidelidade e não ter iniciativa sexual. Cabe destacar que a fertilidade representava um status para as mulheres devido à construção social realizada em torno da procriação.



Desse modo, o século XII foi marcado pela concepção do amor cortês, vivido quase que sempre pela nobreza e que exaltava mais a união espiritual do casal do que a união carnal. No século XVIII, a concepção do amor romântico transformou o “amor não apenas em um sentimento esperado entre os cônjuges, mas na própria razão de uma escolha realizada pelos interessados” (BOZON, 2004, p. 33), proclamando, no século XX, o amor como fundamento do casamento e, conseqüentemente, a construção da noção de intimidade tanto na disposição dos cômodos domésticos, como quarto do casal, como do “pudor” nos diálogos sobre sexualidade. Juntamente a estas transformações também ocorreu a dissociação entre procriação e sexualidade.

Nesse sentido, na contemporaneidade a sexualidade envolve transformações que se referem aos novos arranjos conjugais, ou seja, uniões do casal pelo livre arbítrio e sem necessidade de casamento para oficializar a união (rompendo com a perspectiva de práticas sexuais relacionadas à conjugalidade), a variedade de parceiros e experiências sexuais realizadas antes do casamento, a utilização de métodos contraceptivos⁵, como pílula anticoncepcional produzida na década de 1960, o DIU, a camisinha (incentivada a partir da descoberta da AIDS, na década de 1980) e também estende a vida sexual aos sujeitos de idade avançada.

O discurso médico demonstra que o aumento da expectativa de vida, a melhoria da condição de vida e os avanços da medicina através da produção de medicamentos e tratamentos fizeram com que uma vida sexual ativa para os idosos fosse incentivada. Assim, segundo Bozon (2004), os discursos médicos apresentam a pílula para o tratamento de disfunção erétil nos homens, popularmente conhecida como Viagra ou “azulzinho”⁶ (denominação em referência a sua coloração), fazendo com que a impotência sexual masculina já não seja um problema nas relações sexuais. Para as mulheres os tratamentos de reposição hormonal projetam uma vida sexual ativa para as mulheres que passaram do período da menopausa, que se caracteriza pelo término do processo de ovulação e baixa de taxas hormonais que causam calor excessivo, irritabilidade, falta de lubrificação vaginal e etc.

Conforme percebemos, as mudanças corporais vivenciadas pelas mulheres com o avançar da idade relacionam-se intimamente com as vivências da sexualidade. Assim, a noção de corpo é bastante relevante a este estudo como destacaremos a seguir.

⁵ Bozon (2004) destaca que a variedade de parceiros sexuais e a utilização de métodos contraceptivos significaram mudanças para a sexualidade das mulheres, seja evitando uma gravidez indesejada, seja inserindo a busca de prazer e de orgasmo nas relações sexuais.

⁶ A pílula foi lançada pelo laboratório Pfizer, em abril de 1998, nos Estados Unidos e em junho deste mesmo ano no Brasil



De acordo com David Le Breton (2006), o corpo não deve ser compreendido como estrutura meramente composta por órgãos e estrutura fisiológica universal, usado da mesma maneira, independente de fatores sociais e culturais. O corpo não é dado, uma representação absoluta da natureza cujos determinantes são os fatores biológicos, mas ao contrário, é moldado pelo contexto social a partir das relações sociais mantidas pelos sujeitos.

Le Breton (2006) relata que a sociologia do corpo foi institucionalizada como disciplina no século XX, no entanto demonstra que alguns estudos já abordavam pequenas análises relativas ao corpo desde o início da sociologia. Entre os teóricos o autor destaca Émile Durkheim, Karl Marx, Marcel Mauss, Robert Hertz, Elias e Georg Simmel. Estas contribuições sócio-antropológicas enfatizam que os homens produzem culturalmente seu corpo envolto ao universo simbólico que mantém suas relações.

Na perspectiva do autor o corpo não é compreendido em si, isolado do homem e, principalmente do meio social, somente através de teorizações biomédicas legitimadas pelo discurso biomédico ocidental. “O corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento” (LE BRETON, 2006, p. 26). É importante compreendê-lo como dinâmico de uma sociedade para outra, e até mesmo na mesma sociedade segundo marcações de gênero, idade, etnia e classe. O que devemos apreender são as representações e estruturas simbólicas que envolvem a noção que os sujeitos têm sobre o corpo.

Desse modo, corpos de homens e mulheres não são somente marcados pelo biológico, mas também da trama social e simbólica nas quais estes estejam inseridos. Os processos de mudanças corporais ocorridas ao longo da vida, mais especificamente, nas mulheres idosas, como menstruação, gravidez, parto e menopausa, bem como as mudanças que, paulatinamente, se fazem presentes e visualmente observáveis na pele que começa a perder elasticidade, no aparecimento de rugas e cabelos brancos, também relacionam corpo, envelhecimento e sexualidade com a procura do parceiro, do desejo e prazer nas relações sexuais⁷.

“As qualidades morais e físicas atribuídas ao homem ou à mulher não são inerentes a atributos corporais, mas são inerentes à significação social que lhes damos e às normas de comportamento implicadas” (LE BRETON, 2006, p. 68). Para refletir a respeito desta questão buscamos subsídios nos estudos de gênero com a finalidade de enfatizar que papéis masculinos e

⁷ Estas considerações remetem à discussão da transformação no corpo ocasionada por pressões sociais que valorizam a juventude e seus padrões estéticos pelo uso de cremes, cirurgias plásticas e corpos magros através da prática de exercícios físicos e dietas. Nesse sentido, parafraseamos com o autor ao considerar que “o corpo metaforiza o social e o social metaforiza o corpo” (LE BRETON, 2006, p. 70).



femininos são construídos histórica e socialmente como acrescenta Simone de Beauvoir, filósofa francesa, ao declarar que:

Ninguém nasce mulher: torna-se uma. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no meio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino⁸ (BEAUVOIR, 2000, p.09).

Inicialmente, as teorias feministas abordavam as diferenças entre homens e mulheres segundo os papéis sexuais assumidos, considerando que as condutas destes sujeitos eram determinadas pelo *sexo* – categoria relacionada à natureza e à dimensão biológico-anatômica (corpo e genitália). No entanto, a partir da década de 1960, com o surgimento do conceito de gênero como categoria de análise, discutindo principalmente pela historiadora norte-americana Joan Scott (1990), os estudos passam a desnaturalizar as noções de masculinidade e feminilidade (como uma questão meramente biológica), considerando que os papéis de gênero são construídos socialmente, através da interpretação do sexo na cultura⁹. Assim, gênero - como categoria de análise - refere-se à maneira como cada cultura trata a diferença entre os sexos, atribuindo a cada um deles determinados significados e como estes são assimilados socialmente.

O gênero é uma construção social e pode variar segundo circunstâncias históricas e culturais. Homens e mulheres são ensinados através do processo de socialização para agirem conforme prescrições a cada um dos gêneros, como por exemplo, no que se refere à maneira de sentar, se comportar, namorar, bem como á maneira de expressar ou ocultar seus sentimentos.

As diferenças entre homens e mulheres, masculino e feminino, não são determinadas por causas biológicas, explicações científicas, presença ou ausência de determinado hormônio, mas, ao contrário, revelam um longo processo de construção social dos sujeitos. As diferenças não podem ser vistas como universais e fixas, pois homens ou mulheres pertencem a diferentes sociedades, tempos e contextos.

Sem perceber, no cotidiano, são construídas estas diferenças que podem reforçar ou romper desigualdades e hierarquias de gênero. No período da infância, por exemplo, a escola e o convívio familiar demarcam “coisas para meninos” e “coisas para meninas” através de gestos, palavras, cores de roupas, objetos pessoais, brinquedos e brincadeiras. Desse modo, define-se que os meninos devem brincar e se sujar nas brincadeiras, usar e gostar da cor azul (já presente na formulação do quarto do bebê), brincar com carrinhos, bonecos de ação, gostar de super-herói e que as meninas

⁸ BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Sérgio Millet (Trad.). 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

⁹ Apesar de ser anterior ao surgimento do conceito de gênero, destacamos a obra da antropóloga norte-americana Margaret Mead (2000) *Sexo e Temperamento*, com os povos da Nova Guiné (Arapesh, Mundugumor e Tchambuli), publicada em 1930.



devem brincar de casinha, com panelinhas, de mamãe e filhinha com suas bonecas, usar e gostar de cor-de-rosa (também presente na decoração do quarto), serem comportadas nas brincadeiras e etc. Esses são alguns exemplos que ainda receberão outros códigos até a vida adulta através da mídia, do trabalho e das relações amorosas. Assim, os sujeitos distinguirão entre atitudes e gestos masculinos e femininos a partir das referências obtidas anteriormente, como se tivessem que se “encaixar” em somente um desses pólos e, conseqüentemente, formar identidades de gênero através destes parâmetros.

Resultados Iniciais

A pesquisa, ainda em desenvolvimento, destaca que o envelhecimento não deve ser assimilado a uma experiência de vida universal e homogênea, no qual homens e mulheres vivenciam-no da mesma maneira, mas deve ser compreendido como um processo heterogêneo que está relacionado a múltiplas variáveis, tais como os fatores culturais e distinções como classe, etnia e gênero. Nesse sentido, é importante destacarmos, que as demarcações de gênero ocuparam destaque nos relatos da pesquisa mencionada. As relações de gênero constituem um dos fatores de organização da vida social haja vista à assimilação das relações sociais atreladas à atribuição de diferentes condutas para homens e mulheres.

Nas narrativas evidenciavam-se as diferenças entre modos que homens e mulheres idosos foram socializados diante dos “padrões sociais” de conduta de sua época, no que se refere à construção de um sistema binário de relações de gênero que preconiza, via caráter normativo, o *masculino* e o *feminino* amarrando significados a cada uma destas categorias, prescrevendo suas condutas. Suas vidas são organizadas em função do papel social de gênero que lhe foi cedido como um “destino” natural, nas quais os papéis masculino e feminino estavam demarcados “naturalmente” com os “deveres” que estas mulheres, seus esposos e filhos deveriam ter. Assim, destacamos concepções que demarcam desigualdades nas relações de gênero em vivências referentes, por exemplo, ao mercado de trabalho, relações familiares, experiências corporais e práticas de saúde.

Sobressaem, nos relatos, que aos homens é concedido “o trabalho, toda liberdade e diversões do mundo”, e às mulheres “os cuidados com o lar, marido e filhos”. Entre os “ditos” e “não ditos”, muitas mulheres revelaram-se envergonhadas ao tratar desta temática afirmando que tiveram uma educação repressiva na qual não se falava sobre “certos assuntos” como menstruação e virgindade. Entre várias questões, destacavam os receios que envolviam a primeira relação sexual, somente



realizada depois do casamento, e práticas eróticas posteriores realizadas por obrigação para com seus respectivos maridos, para agradá-los, sendo poucas as vezes que revelaram ter algum desejo ou satisfação sexual.

É interessante mencionar que manter práticas eróticas “fora dos padrões sociais para uma mulher”, como por exemplo, sexo antes do casamento e sem finalidade reprodutiva, inversamente da concepção que permeava o imaginário social de homens e mulheres na década de 1950, assimilava a mulher ao estigma de “mulher vadia” e “mulher devassa” para algumas de minhas interlocutoras.

Bibliografia

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Sérgio Millet (Trad.). 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, Vol. 16, n. 2, jul./dez. 1990. p. 05-22.
- BOZON, Michel. *Sociologia da Sexualidade*. (Trad.) Maria de Lourdes Menezes. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- DEBERT, Guita Grin. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos do Envelhecimento*. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- LE BRETON, David. *A Sociologia do Corpo*. Sonia M. S. Fuhrmann (Trad). 3ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. IN: CHAMPAGNE, Patrick et al. *Iniciação à Prática Sociológica*. São Paulo: Vozes, 1998.
- MASCARO, Sonia. A. *O Que é Velhice*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ZIMERMAN, Guite. *Velhice: Aspectos Biopsicosociais*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2001.